

Educação de jovens e adultos: olhares para formação docente e políticas públicas voltadas à alfabetização

Youth and adult education: views on teacher training and public policies aimed at literacy

Daiane Caetano Costa de Aquino^{1*}, Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Naiara Gracia Tibola

RESUMO

O presente estudo se propõe a discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando o processo de alfabetização dos alunos e a formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade de ensino da educação básica. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica pautada na abordagem qualitativa. As reflexões aqui empreendidas englobam documentos públicos, que contemplam a alfabetização e o analfabetismo: Decreto nº. 9.765 a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Lei nº13.005 Plano Nacional de Educação 2014/2024 e a formação docente descrita na Resolução Nº 2, de 01 de julho de 2015. As discussões fundamentam-se em autores como: Candau (2014), Tardif (2011), Freire (2008, 1981), Mortatti (2008), entre outros. Os achados do trabalho apontam que os programas e políticas públicas que servem como diretrizes para formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores ainda estão muito longe de se tornarem efetivas, pois não contemplam as especificidades e anseios dos alunos e docentes da EJA.

Palavras-chave: Alfabetização de jovens e adultos; Educação de jovens e adultos; Formação de professores; Educação básica.

ABSTRACT

The present study aims to: Discuss Youth and Adult Education, addressing the students' literacy process and the initial and continuing education of teachers who work in this modality of basic education. It is a documentary and bibliographic research based on the qualitative approach. The reflections undertaken here encompass public documents, which contemplate literacy and illiteracy: Decree nº. 9,765 the National Literacy Policy (PNA), Law No. 13,005 National Education Plan 2014/2024. The discussions are based on authors such as: Candau (2014), Tardif (2011), Freire (2008, 1981), Mortatti (2008) and others. The findings of the work indicate that the programs and public policies that serve as guidelines for initial and continuing education of literacy teachers are still insufficient in view of the needs and desired advances, since they do not contemplate the specificities and desires of students in the modality.

Keywords: Youth and adult literacy; Youth and adult education; Teacher training; Basic education.

¹ Universidade do Vale do Itajaí.

*E-mail: daiannyaquino@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos o diálogo acerca da alfabetização, se faz necessário salientar a importância da apropriação do ato de ler e escrever dentro de uma sociedade que valoriza tanto o conhecimento, em que as pessoas que não se apropriaram da leitura da escrita são segregadas, colocadas à margem de seus direitos enquanto cidadãos. Sabe-se bem que, que a realidade brasileira é marcada por lutas e grandes desafios, dentre eles encontram-se as alarmantes desigualdades sociais, escancaradas pelos altos índices de analfabetismo que o país ainda possuiu.

Nesse sentido, ao abordamos o ensino da leitura e escrita, ressaltamos a necessidade de uma educação que contemple além da leitura e escrita de palavras, sobretudo a leitura do mundo, para que os indivíduos tenham condições de compreender seu contexto, pois assim terão mais possibilidade de exercer seus direitos constitucionais legitimados.

Acreditamos que uma educação distante da realidade, não seja capaz de formar cidadãos capazes de posicionarem-se e atuarem criticamente diante de seus contextos. Sem a leitura de mundo que possibilita uma visão clara da sociedade e de seus aspectos, econômicos, sociais, políticos, entre outros, os indivíduos apenas ocuparão lugares predeterminados, que dirão o que eles são e limitarão o que poderiam vir a ser, tornando-os sujeitos em um sistema de representações. Portanto, defendemos um processo de alfabetização fundamentado em uma dinâmica viva entre leitura de mundo e o ato de ler e escrever, caracterizando-se como um potente movimento de resistência e liberdade.

Acerca das desigualdades sociais presentes em nosso país, destacamos, a falta de condições de acesso e permanência no processo de escolarização na idade apontada como adequada. Por vezes estudantes ainda na infância e juventude, precisam abrir mão da escola por questões financeiras, uma vez que muitas famílias não possuem as condições mínimas para garantir sua sobrevivência, situação reafirmada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), divulgada em julho de 2020, que após ouvir jovens na faixa etária de 14 a 29 anos, apontou que o principal motivo do abandono se refere a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar (IGBE, 2020).

Diante desse fato, muitos alunos retornam à escola em outros momentos da vida, em busca da conclusão da educação básica, com o objetivo de ocupar melhores vagas no mercado de trabalho e alcançar ascensão econômica e social, entre outras aspirações. A

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada a atender esses indivíduos e aqueles que por outros fatores não frequentaram ou abandonaram seu processo de escolarização.

Nesse contexto, no presente estudo temos o objetivo de discutir sobre a EJA acerca do processo de alfabetização dos alunos e a formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade de ensino da educação básica. Para alcançar o objetivo proposto, como recurso metodológico adotamos a pesquisa documental e bibliográfica pautada em uma abordagem qualitativa.

O estudo está organizado em quatro seções, a primeira interpela a temática da valorização dos profissionais da educação, o que implica tratar sobre suas carreiras, condições de trabalho, remuneração e formações. Na segunda seção, dialogamos sobre a formação dos professores. Na terceira seção, se encontra um panorama sobre a EJA, em especial no que se refere a alfabetização de jovens e adultos, apresentando e discutindo políticas públicas para esta modalidade de ensino. Finalizando o estudo, na quarta seção, encontram-se as considerações finais, apontando os principais achados da pesquisa.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A profissão do magistério que por muito tempo foi reconhecida e valorizada socialmente, digna de prestígio diante da sua potência em promover aos indivíduos formação humanizadora e cidadã. Na contemporaneidade a profissão é vivida por grande parte dos professores permeada por sentimentos negativos, envolvendo angústias, um elevado nível de estresse e várias inseguranças, somadas muitas vezes a condições precárias de trabalho e remuneração. Ou seja, além de ter uma remuneração que não condiz com suas atribuições profissionais e requisitos de formação acadêmica, ainda perdeu sua valorização intelectual perante a sociedade. Hoje diante de tantas adversidades, para ser professor é necessário cultivar em si a resiliência, ter motivação intrínseca, habilidade para resolver os conflitos que se apresentam e desenvolver em sala de aula cotidianamente atividades pedagógicas que sejam significativas (CANDAU, 2014).

A busca dos professores e demais profissionais do magistério por valorização profissional é um tema que conquistou relevância a partir da década de 80, quando se configura nas agendas das políticas educacionais e passa a ser mencionada de forma mais

recorrente na legislação educacional. O conceito de valorização profissional está atrelado há muitos elementos: garantia de formação inicial e continuada, piso salarial adequado, plano de carreira, condições dignas de trabalho, entre outros (ARANDA; PERBONI; MAIA, 2018).

Dentre as políticas públicas que tratam a valorização docente em sua formação, no ano de 2015 como resposta as várias lutas travadas pelos profissionais do magistério tivemos a instituição da Resolução nº 2, de 01 de julho, que trata da definição das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (MEC, 2015, p. 1).

A Resolução não contempla todas as reivindicações e necessidades dos profissionais do magistério, mas já é um avanço por considerar a importância da valorização profissional e reconhecer que essa perpassa por uma série de componentes que subsidiam a atuação profissional da categoria.

As propostas e iniciativas legais que discorrem e legislam sobre a carreira do magistério, precisam atuar como

[...] uma política de desenvolvimento profissional docente como possibilidade de progresso na vida profissional, que não se reduza apenas no aspecto formativo, mas que contemple também outros elementos de grande significância, como o salário, as condições de trabalho e a progressão na carreira (DUARTE; OLIVEIRA, 2014, p.68).

Assim temos a Resolução Nº2/2015 que pode ser tida como um passo significativo por tratar dos aspectos de valorização profissional destacando no Art.18º a responsabilidade dos sistemas de ensino e das instituições educativas de garantir políticas de valorização dos profissionais do magistério atuantes na educação básica.

No que se refere a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, destacamos ainda necessidade de preparar estes profissionais a compreenderem todas as modalidades de ensino, para que assim, mediante a uma formação integral possam estar habilitados a exercerem com aptidão suas funções no nível em que optarem por atuar.

Nesse sentido, podemos apontar que, a modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é pouco contemplada na formação inicial dos profissionais do magistério, pois de acordo com Ventura (2012, p. 74), “[...] a maioria dos professores reproduz os moldes da escolarização de crianças e adolescentes, materializados em ações

que refletem a perspectiva supletiva do currículo escolar”. É preciso refletir a valorização, no que se refere a formação de professores que atuam nesta modalidade, por parte das políticas públicas de educação. Ainda nessa linha de pensamento, Tardif e Lessard, (2005, p.41) ressaltou que

[...] a atividade docente no contexto escolar não tem nada de simples e natural, mas é uma construção social que comporta múltiplas facetas e cuja descrição metódica implica necessariamente escolhas epistemológicas. Essas escolhas tornam visíveis algumas coisas, mas, simultaneamente, ocultam outras: a realidade social é como uma floresta da qual não se tem um ‘ponto de vista aéreo’ que permita tudo ver; pelo contrário, é preciso decidir entrar na floresta, tomar certos caminhos e trilhos particulares, sabendo que também outros itinerários são possíveis.

A Resolução N°2/2015, contempla a modalidade da EJA em seu Art.2° que trata da Formação Inicial e continuada de professores para a Educação Básica, no exercício da docência em todas as etapas e na modalidade da EJA e em seu Art.3° que define a formação inicial e continuada como a preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica e na modalidade da educação de jovens e adultos. Para Tardif (2011, p. 21), “[...] os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais”.

Os profissionais que atuam na EJA precisam de mais respaldo por parte das políticas públicas de formação inicial e continuada, bem como o reconhecimento de sua relevância enquanto profissionais. O desamparo acontece desde a formação acadêmica inicial, que não é verdadeiramente estruturada e pensada de forma a atender as especificidades de formação dos futuros professores da EJA e tão pouco focadas na heterogeneidade dos estudantes. Essa formação deficitária que é ofertada dissociada do contexto de atuação real, que será vivenciado pelos licenciados, acaba de certa forma não incentivando os indivíduos a cursarem licenciatura almejando se tornarem docentes nas turmas de EJA. Espera-se que a valorização prevista pela Resolução N°2/2015 possa efetivamente incluir os profissionais que atuam nesta modalidade.

Nessa perspectiva esperançosa, mas não ingênua, na seção seguinte nos debruçamos sobre a formação de professores, um dos elementos que compõem a

valorização dos profissionais do magistério, com foco direcionado a formação de docentes para atuarem na EJA.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores tem sido uma temática amplamente debatida no cenário educacional, evidenciada por correntes de posicionamentos conservadores que em seus discursos tentam colocar os professores perante a sociedade como vilões, culpados pelo baixo desempenho dos alunos nas avaliações nacionais (IDEB, SAEB, ANA), insinuando que há um despreparo desses profissionais ou por iniciativas mais democráticas que atentam para a relevância dos professores e o papel desempenhado por eles ao longo da história e no momento atual.

As discussões têm se mostrado de modo mais acalorado nos últimos anos, e tem englobado principalmente dois aspectos inerentes à formação docente: a formação inicial e a formação continuada. No mundo acadêmico é perceptível uma movimentação muito dinâmica que compreende diferentes eventos como: seminários, simpósios, fóruns de debates, congressos, etc., e ainda publicações científicas em vários formatos (CANDAU, 2014).

Na formação docente, para Tardif é crucial considerar os saberes que os professores possuem em diferentes dimensões, constituídos “[...] de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais [...]” (TARDIF, 2011, p. 36). São saberes plurais, heterogêneos que fazem parte da identidade de cada docente e que necessitam ser explorados, aprimorados, contribuindo então para formação autoformação dos professores, numa dinâmica que integra diferentes saberes que contribuem para o estabelecimento da formação profissional de cada professor.

Nessa premissa direcionamos olhar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois a precariedade na formação dos professores para atuarem nessa modalidade, de acordo com Soares e Simões (2007) está conectada com a carência de formação específica nos cursos de graduação em Pedagogia, licenciatura voltada a formação inicial de docentes para atuarem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, e compreende também as turmas de alfabetização. Essa formação de docentes em formato genérico, não abarca as necessidades específicas dos indivíduos jovens e adultos, e embora a temática de formação de professores esteja em evidência (CANDAU, 2014),

quando a formação se refere aos professores que atuam na modalidade de EJA “[...] ainda se ressentem da precariedade das pesquisas tanto em termos quantitativos como qualitativos e observa-se que poucos estudantes da pós-graduação estão pesquisando sobre a formação de professores na EJA [...]”(DANTAS, 2019, p.438), o que conota poucos trabalhos a respeito da formação inicial desses profissionais.

O descaso com a modalidade de EJA está estampado nas grades curriculares dos cursos de licenciaturas, em que as disciplinas voltadas à EJA quando existem têm uma carga horária ínfima que não permitem o aprofundamento teórico e tempo de estágio que sejam suficientes para os graduandos compreenderem as especificidades e heterogeneidade dos discentes que a frequentam. Direcionamos nosso olhar para modalidade mediante o papel que a EJA desempenha em nossa sociedade, como uma política pública que assegura a educação as pessoas jovens e adultas que tiveram o direito negado e negligenciado pelo Estado, numa concepção de educação como um direito social de todos e não de uma educação compensatória e reparadora. Em direção a essa dinâmica de pensamento na próxima seção do trabalho nos debruçamos sobre a EJA, no tocante a alfabetização.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2014/2024 E NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO – PNA

A educação de jovens e adultos no Brasil, vem sendo ofertada de forma descontinuada e como uma resolução paliativa diante do cenário das desigualdades sociais evidenciadas sobretudo pelos altos índices de analfabetismo, principalmente entre pessoas adultas e idosas.

Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), divulgada em 2020 (IBGE, 2020), os dados apontaram que houve um pequeno declínio nas taxas de analfabetismo entre as pessoas com ou acima de 15 anos de idade. Em 2018 a taxa era de 6,8% e em 2019 passou a ser 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas. Essa queda de 2,2% demonstra que apenas 200 mil pessoas conseguiram se alfabetizar. Na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência no decênio de 2014 até 2024, a Meta 9 discorre

diretamente sobre a EJA e questões relacionadas ao analfabetismo, conforme é possível observar num trecho do PNE (BRASIL, 2014):

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014, p. 9).

A meta se propôs a enfrentar e elevar os índices de alfabetismo absoluto e funcional do país, mas está muito longe de ser alcançada. Com base na PNAD-C 2016, podemos inferir que a primeira parte da Meta 9 do PNE não foi atingida, pois em 2015 a taxa de alfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais foi de 8,0%, e a segunda parte da Meta 9 que versa sobre “erradicar analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional” (BRASIL, 2016), também está muito longe de ser alcançada, mesmo restando em torno de 38 meses para findar a vigência do PNE, ainda temos a quantidade exorbitante de 11 milhões de brasileiros que não tiveram seu direito a educação assegurados e ainda carregam consigo reflexos da segregação que ocorre nesse país.

No ano de 2019 é instituída por meio do Decreto nº. 9.765 a Política Nacional de Alfabetização (PNA), em seu texto no Art. 1º a Lei evidencia como objetivos a melhora da qualidade da alfabetização e o combate do analfabetismo absoluto e funcional, nas etapas e modalidades que compõem a educação básica como também na educação não formal (BRASIL, 2019). Na PNA vemos mais uma vez o fenômeno do analfabetismo no Brasil aparece como a conotação de algo ruim, que precisa ser “combatido”, os legisladores e as autoridades que a sancionam parecem esquecer de que estamos tratando de um problema social, que atinge indivíduos que tiveram durante sua vida o direito de acesso à educação de alguma forma negado ou interrompido, por diversos fatores de cunho sociais, econômicos, políticos, étnicos, etc.

Como bem ressaltou Freire (1981), “[...] o analfabetismo não é uma chaga, nem uma erva daninha a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta (FREIRE, 1981. p.16). Há que se ter mais respeito e sensibilidade desde a formulação dos textos de uma Lei ou Decreto, pois as entrelinhas demonstram de forma clara as intenções de quem a elaborou e aponta para duas situações: a ausência de aprofundamento sobre a temática ou situação a ser

amparada pela política pública e o descaso com que se expõem os indivíduos que serão amparados.

O 2º artigo da PNA define conceitualmente o que é a alfabetização e vários aspectos relacionados à existência ou ausência do que considera como habilidades inerentes ao domínio da leitura e escrita. No parágrafo IV do artigo 3º, o Decreto elenca seis princípios, os quais considera como essenciais para alfabetização, a saber: “a) consciência fonêmica; b) instrução fônica sistemática; c) fluência em leitura oral; d) desenvolvimento de vocabulário; e) compreensão de textos; e f) produção de escrita” (BRASI, 2019, p.1). Numa breve análise desses 3 artigos iniciais que compõem a PNA, já é possível perceber o cunho tendencioso e o caráter impositivo do decreto presidencial, que justifica sua elaboração em “evidências científicas”, que como destacado por Mortatti (2008, p. 107) nos é imposto “[...] como se fosse a verdade científica revelada e o fazem por meio de um discurso característico da ‘retórica de púlpito’, como tal, ideológico, autoritário e pseudocientífico.” Essa é uma manobra muito útil para desviar o olhar da sociedade e colocar como foco principal a alfabetização como um problema e não propriamente o analfabetismo a que estão sujeitas as pessoas, que continuam de forma escancarada à margem de seus direitos, de bens materiais e simbólicos, os quais todos os cidadãos deveriam ter acesso.

Na PNA a educação de jovens e adultos é mencionada de forma clara com redação específica em apenas três incisos. Nos incisos IV e V do Art. 6 a educação de jovens e adultos aparece inclusa no público-alvo do decreto, porém há um parágrafo único no mesmo caput que estabelece como “beneficiários prioritários” os descritos nos incisos I e II, que versam “I - crianças na primeira infância; II - alunos dos anos iniciais do ensino fundamental” (BRASIL, 2019, p.3), em que mais uma vez a modalidade é colocada de maneira menos relevante que as outras etapas ou modalidades pertencentes a educação básica. No artigo 8 que trata sobre a implementação da PNA, entre as ações e instrumentos previstos consta no inciso V o “desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal” (BRASIL, 2019, p.4). A forma como aparece descrito a ação demonstra que no entendimento de seus elaboradores o processo de alfabetização de jovens e adultos está pautado na distribuição de materiais didáticos. Fato que confirma esse argumento, é que ao longo da PNA em seus VII capítulos a “preocupação” com a formação e capacitação dos professores está relacionada com os profissionais que atuam

ou atuarão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, não há menção a formação específica referente aos professores para atuarem nas turmas de alfabetização da EJA, simplesmente a modalidade é ignorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das discussões teóricas apresentadas no estudo, podemos reafirmar que ser letrado e alfabetizado para além das exigências básicas da formação, é ainda e sobretudo, um direito de todo cidadão para atuar em sociedade reivindicando seus direitos frente as desigualdades sociais existentes. Para tanto, destacamos a necessidade e a relevância do papel do profissional docente, chamando olhares atentos para sua formação inicial e continuada, para que este consiga atuar como um mediador e propositor de transformações, instigando em seus alunos um olhar contextualizado e crítico a respeito das situações constituída sócio historicamente.

Assim, ao discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando o processo de alfabetização dos alunos e a formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade de ensino, foi possível concluir que as políticas e programas públicos que servem como diretrizes para formação docente, ainda são incipientes, principalmente no que se refere a capacitação daqueles que atuam diretamente com turmas do EJA.

Nota-se nesse contexto, que embora a educação possa ter evoluído com o passar das décadas, muitos paradigmas ainda se encontram impregnados, o que não apenas impede avanços e conquistas, como ainda atuam como legitimadores de desigualdades sociais, como o fazem ao silenciar vozes múltiplas. Consideramos, pouco promissora uma educação de jovens e adultos carregada de heranças fundamentadas unicamente no aspecto técnico e preparo de mão de obra qualificada para exercícios de funções e manutenção do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ARANDA, Flávia Paula Nogueira; PERBONI, Fabio; MAIA, Elisângela Tiago da. Valorização do professor alfabetizar em Dourados-MS. In: **Lapalge em Revista**, Sorocaba, v. 4, n.2, p.101-113, maio-ago., 2018.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014.

_____. Decreto nº. 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização - PNA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 70-A, extra, p. 15, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 17. dez. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr., 2014.

DANTAS, Tânia Regina. Formação docente em EJA: o que dizem os/as autores/as de artigos. In: **Dossiê ALFAEJA 2018 (Palestras)**. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 435-466, set./dez., 2009.

DUARTE, Alexandre Willian Barbosa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Valorização Profissional Docente nos sistemas de ensino de Minas Gerais e Pernambuco. In: **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.10, n.17, p.67- 97, jul.-dez., 2014.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra S. A., 1981. 6ª edição, p.149.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios** – PNAD CONTÍNUA. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>. Acesso em: 17 dez. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios** – PNAD CONTÍNUA. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução Nº2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília – 2015, p. 01-16. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 10 dez. 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. In: **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP)**, v. 3, n. 5, p. 91-114, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/%20article/view/11509>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SOARES, Leôncio Soares; SIMÕES, Fernanda Maurício. A formação inicial do educador de jovens e adultos pedagogia. In: **Educação e Realidade**, jul./dez 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25389>. Acesso em: 16 dez. 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 325

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.p. 317

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. In: **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 71-82, jan./jun. 2012.

Recebido em: 15/05/2022

Aprovado em: 18/06/2022

Publicado em: 23/06/2022